

Proposta de Enquadramento para Serviços de Transporte Internacional de Tráfego Proposed Framework for International Traffic Transport Services

Novas regras para serviços grossistas de conectividade New rules for wholesale international connectivity services internacional



A ANACOM lançou no dia 3 de dezembro uma [consulta pública sobre a proposta de enquadramento do serviço grossista de transporte internacional de tráfego ao abrigo da Lei das Comunicações Eletrónicas \(LCE\)](#). O objetivo do regulador é o de clarificar as obrigações a que estão sujeitas as empresas que tenham comunicado à ANACOM a oferta do serviço grossista de transporte internacional de tráfego, bem como, se necessário, atualizar o respetivo registo junto do regulador.

Caracterização do serviço grossista de transporte internacional de tráfego

Na proposta de enquadramento, a ANACOM define serviço grossista de transporte internacional de tráfego como o serviço destinado a empresas que oferecem serviços de comunicações eletrónicas, garantindo cobertura internacional para ofertas retalhistas de voz e/ou mensagens SMS (A2P e P2P). Este serviço inclui capacidade de transmissão e um conjunto de serviços associados, como trânsito, sinalização de suporte e faturação, cobrança e compensação. O trânsito consiste no transporte de tráfego entre redes distintas, sendo que, em regra, os contratos celebrados estabelecem que uma empresa entrega tráfego à outra num país, para que esta o transporte e entregue no estrangeiro.

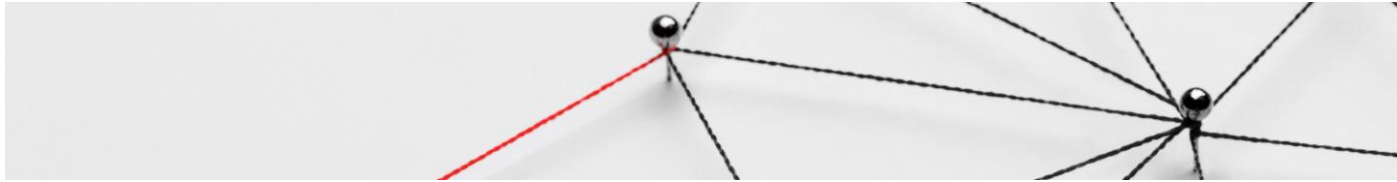
No contexto destes serviços, a interligação entre as partes ocorre em pontos de interligação (POI), podendo ser feita por ligação direta ou via Internet, escolha que influencia a qualidade do serviço. A oferta pode abranger tráfego de voz, SMS/A2P ou SMS/P2P, geralmente disponibilizados de

On December 3, ANACOM launched a [public consultation on the proposed framework for wholesale international traffic transport services under the Electronic Communications Law \(LCE\)](#). The regulator's objective is to clarify the obligations to which companies that have notified ANACOM of their offer of wholesale international traffic transport services are subject and, where necessary, to update their registration with the regulator.

Characterization of wholesale international transport services

In the proposed framework, ANACOM defines wholesale international traffic transport services as services intended for companies that offer electronic communications services, ensuring international coverage for retail voice and/or SMS (A2P and P2P) offerings. This service includes transmission capacity and a set of associated services, such as transit, support signaling, and billing, collection, and compensation. Transit consists of the transport of traffic between different networks, and, as a rule, the contracts entered into establish that one company delivers traffic to another in one country, so that the latter can transport and deliver it abroad.

In the context of these services, interconnection between the parties occurs at interconnection points (POIs), which can be established by direct connection or via the Internet, a choice that influences service quality. The offer may cover voice traffic, SMS/A2P, or SMS/P2P, and is generally



forma desagregada devido à especialização técnica necessária.

Para garantir cobertura internacional, uma empresa com oferta retalhista pode celebrar acordos de interligação ou recorrer ao serviço grossista. Este pode ser contratado entre uma empresa retalhista e um *carrier* internacional, ou entre *carriers* internacionais sem ofertas retalhistas, permitindo cobertura global através da interligação de redes regionais. A maioria dos *carriers* internacionais combina estas modalidades e gere rotas diretas ou indiretas com base em contratos bilaterais de trânsito. A faturação do serviço considera o tipo de tráfego, país de terminação e preço acordado, podendo incluir compensações entre as partes.

Principais alterações propostas pela ANACOM

Com base nas suas características, a ANACOM propõe que:

- O serviço grossista de transporte internacional de tráfego seja qualificado como um serviço comunicações eletrónicas ao abrigo da Lei das Comunicações Eletrónicas;
- Se considere que o serviço é oferecido em Portugal quando a interligação é (i) **direta** num ponto localizado no território nacional; ou (ii) **indireta**, via rede pública da Internet, a partir de um acesso localizado no território nacional, aplicando-se a LCE (âmbito objetivo).
- A LCE seja aplicável à empresa contratualmente responsável perante os utilizadores pela oferta do serviço se a interligação ocorrer no território nacional ou a partir de um acesso localizado no território nacional (âmbito subjetivo).

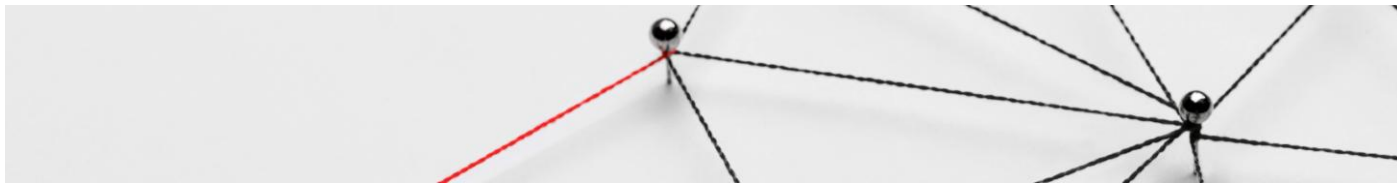
made available on an unbundled basis due to the technical expertise required.

To ensure international coverage, a company with a retail offering can enter into interconnection agreements or use a wholesale service. This can be contracted between a retail company and an international carrier, or between international carriers without retail offerings, allowing global coverage through the interconnection of regional networks. Most international carriers combine these modalities and manage direct or indirect routes based on bilateral transit agreements. Billing for the service takes into account the type of traffic, country of termination, and agreed price, and may include compensation between the parties.

Main changes proposed by ANACOM

Based on its characteristics, ANACOM proposes that:

- The wholesale international traffic transport service is classified as an electronic communications service under the Electronic Communications Law;
- The service is considered to be offered in Portugal when the interconnection is (i) direct at a point located in the national territory; or (ii) indirect, via the public Internet network, from an access point located in the national territory, with the LCE applying (objective scope)
- The LCE applies to the company contractually responsible to users for providing the service if the interconnection occurs in national territory or from an access point located in national territory (subjective scope).



Impactos esperados

O enquadramento submetido a consulta pública pode ter um impacto significativo para as empresas que atualmente prestam estes serviços em Portugal, designadamente:

- **Aumento do escrutínio do regulador e de compliance regulatório**, decorrente de obrigações de disponibilização de informação nos termos da LCE, maior nível de supervisão e necessidade de adaptação de instrumentos contratuais;
- Aumento de custos em matéria de compliance decorrentes de ajustes internos para compliance e atualização de cláusulas.
- Necessidade de **avaliar rotas e interligações estabelecidas** para determinar o impacto do enquadramento nos POIs localizados em Portugal e nos serviços de *peering* ou trânsito IP com origem em Portugal.

Oportunidades estratégicas / Medidas a implementar

As empresas que possam ser impactadas pela decisão final da ANACOM podem optar por ver na mesma aspetos positivos e optar por:

- **Adotar uma estratégia mais competitiva**, posicionando-se como *early adopter* de algumas das medidas que irão decorrer do enquadramento que a ANACOM adotar (por exemplo, revisão de contratos), e
- Explorar novos modelos de negócio designadamente ajustando rotas e interligações para otimizar custos e reduzir riscos regulatórios.

Expected impacts

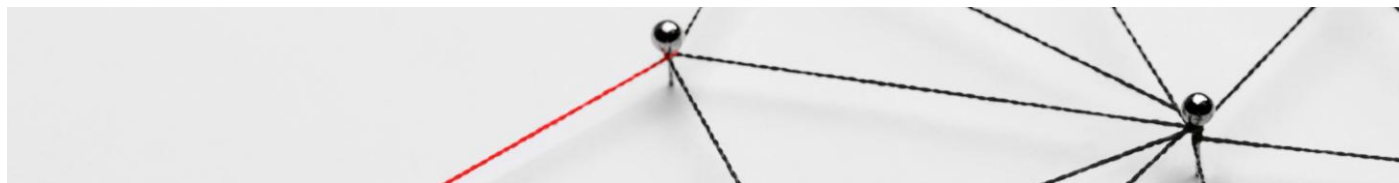
The framework submitted for public consultation may have a significant impact on companies currently providing these services in Portugal, namely:

- **Increased regulatory scrutiny and regulatory compliance**, resulting from obligations to provide information under the LCE, a higher level of supervision, and the need to adapt contractual instruments;
- Increased compliance costs resulting from internal adjustments for compliance and updating of clauses.
- Need to **assess established routes and interconnections** to determine the impact of the framework on POIs located in Portugal and on peering or IP transit services originating in Portugal.

Strategic opportunities / Measures to be implemented

Companies that may be impacted by ANACOM's final decision may choose to see positive aspects in it and opt to:

- **Adopt a more competitive strategy**, positioning itself as an early adopter of some of the measures that will result from the framework adopted by ANACOM (e.g., contract review), and
- Explore new business models, specifically by adjusting routes and interconnections to optimize costs and reduce regulatory risks.



Próximos passos

Para garantir conformidade e antecipar impactos regulatórios, recomendamos quatro ações essenciais:

- Mapear contratos com interligações que envolvam Portugal.
- Avaliar que termos contratuais podem necessitar de atualização face ao enquadramento proposto.
- Preparar a implementação de obrigações de reporte.
- Participar na consulta pública, para que a ANACOM tenha visibilidade sobre as questões críticas do processo de adaptação.

Os interessados poderão apresentar os seus contributos até 19 de janeiro de 2026.

Next steps

To ensure compliance and anticipate regulatory impacts, we recommend four essential actions:

- Map contracts with interconnections involving Portugal.
- Assess which contractual terms may need to be updated in light of the proposed framework.
- Prepare for the implementation of reporting obligations.
- Participate in the public consultation so that ANACOM has visibility on the critical issues of the adaptation process.

Interested parties may submit their contributions until January 19, 2026.

Para mais informações, contactar:



Nádja da Costa Ribeiro

Partner, Corporate | TMT

nadia.ribeiro@pt.Andersen.com